

Continuidades e rupturas: práticas políticas entre três gerações de sindicalistas brasileiros

Kimi Tomizaki – FE/USP - kimi@usp.br

Maria Gilvania Valdivino Silva – FE/USP - maria.gilvania@gmail.com

Hamilton Harley de Carvalho- Silva – FE/USP - hamilton.harley@gmail.com

Renato Macedo de Almeida – FE/USP – renatocalunga@gmail.com

Resumo

Essa comunicação trata de processos intergeracionais de transmissão de valores, especialmente aqueles ligados à política partidária e sindical no interior de um grupo de lideranças da classe operária brasileira, composto por diferentes gerações de dirigentes do mais expressivo sindicato nacional: o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (SMABC), entre 1972 e 2002. O objetivo principal é analisar os processos de aquisição de disposições para a militância política e como tais disposições confrontadas com conjunturas social, econômica e política específicas puderam redundar em modalidades particulares de carreiras militantes. Foi possível identificar, nos anos 1970, uma mudança intensa da perspectiva do trabalho sindical no SMABC marcada pela tomada de consciência do protagonismo da classe trabalhadora nas transformações sociais, o que redundou na formação do chamado “novo sindicalismo” brasileiro; os anos 1980 foram marcados pela consolidação das combativas práticas do “novo sindicalismo”, a formação do PT e da CUT e conquista de cargos eletivos; nos anos 1990, o SMABC ampliou e alterou seu escopo de atuação, o que passou a exigir um leque mais amplo de “perfis” e “habilidades” dos sindicalistas, bem como uma crescente exigência de maior escolaridade e domínio de línguas estrangeiras.

Palavras-chave: Gerações; Sindicalismo; Militância; ABC Paulista.

Introdução

A pesquisa cujos dados serão discutidos nessa apresentação surgiu em função de duas pretensões (i) **realizar uma análise dos processos de socialização, em especial dos ditos processos de socialização política**, que conduziram determinados membros da classe trabalhadora a se tornarem diretores do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (SMABC), entre os anos de 1972 e 2002 e (ii) **constituir uma biografia coletiva ou uma prosopografia** desse grupo, ao longo de três importantes décadas do movimento sindical brasileiro.

Nosso grupo tem realizado pesquisas que se propõem analisar diferentes processos intergeracionais de transmissão de valores, especialmente no que tange ao trabalho, escola e às práticas políticas e de militância, no interior da classe operária e das classes populares. Especificamente nessa pesquisa interessa-nos analisar os processos de aquisição de **disposições para a militânciapolítica** e como tais disposições, confrontadas com uma conjuntura social, econômica e política específica, poderiam redundar em **modalidades particulares de carreiras militantes**.

Assim, essa comunicação se enquadra em um exercício teórico e metodológico de compreensão das dimensões educativas implicadas nos processos de formação de disposições para o engajamento e nos processos de politização, bem como do alcance dos estudos de caráter prosopográfico bem como de sua (íntima e controversa) relação com a abordagem biográfica, tendo em vista reunir “duas pontas” de um mesmo movimento que vai do individual ao coletivo, perpassado por diferentes processos de socialização (familiares, escolares, religiosos, comunitários, associativos), o que possibilita a análise detalhada e criteriosa de trajetórias

biográficas de militantes na interseção com a trajetória dos grupos sociais, profissionais e políticos aos quais esses estão ligados.¹

Alguns autores concordam que não seria exagero afirmar que na hierarquia acadêmica de métodos e abordagens teóricas, a prosopografia aparece desvalorizada, geralmente retratada em sua função mais prosaica: a descrição dos indivíduos que compõem um grupo, ficando assim ligada mais à coleta e organização dos dados, cumprindo um papel descritivo e rotineiro que se dá antes da fase de análise. Essa interpretação ignora o fato de que as duas operações principais do método prosopográfico, recolher e classificar os dados biográficos, tornam possível revelar as estruturas do grupo estudado, e isso guarda relação com o fato de que as estratégias de coleta dos dados e sua organização são condicionadas pelo objetivo de compreender a estrutura do grupo para além do primeiro olhar, ou seja, da recusa em aceitar o mundo conforme ele se apresenta.

“Trata-se de encontrar nas propriedades biográficas dos indivíduos que compõem uma população, nas propriedades consideradas eminentemente sociais, uma chave de compreensão ou uma explicação de um problema de pesquisa. Assim, as ações de um grupo encontram sua compreensão nas disposições sociais dos membros do grupo ou, sobretudo, na confrontação entre sistemas de disposições e de estruturas objetivas que definem os horizontes de expectativas, os campos de possibilidade e do provável. Essas propriedades biográficas tornam-se, então, os indicadores a partir dos quais o pesquisador pode apreender os processos e as lógicas sociais colocadas em curso pelo grupo em questão.”²

¹ FILLIEULE, O. PUDAL, B. *Sociologie dumilitantisme: problématisations et déplacement des méthodes d'enquête. Penser mouvements sociaux - conflits sociaux et contestations dans les sociétés contemporaines*. Paris: La Découverte, 2010; BOULLAND, P. *“Des hommes quelconques”?* *La politique d'encadrement aucrible de lasociobiographie (1994-1974)*. **Le sujet communiste** – identités militantes et laboratoires du “moi”. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2014; LECLERCQ, C. PAGIS, J. *Les incidences biographiques de l'engagement. Socialisations militantes et mobilité sociale. Sociétés contemporaines* 2011/4 (n° 84), p. 5-23.

² DIGOL, C. *L'enquête prosopographique: enjeux de méthode*. **Le sujet communiste** – identités militantes et laboratoires du “moi”. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2014: p.235

Em função do tipo de abordagem, dos dados e do modo como esses foram coletados e organizados na pesquisa sobre os diretores do SMABC fica evidente que nosso trabalho pode ser identificado menos como uma “prosopografia clássica” e mais precisamente como uma análise sociobiográfica, que combina o tratamento prosopográfico tradicional com uma leitura fina das trajetórias sociais, atenta aos “possíveis biográficos”, às estratégias de apresentação de si e às práticas militantes. Assim, abordagem sociobiográfica permite interrogar a maneira como determinados *habitus* encontram as condições de sua realização, de seu florescimento em uma dada lógica social e política, o que só pode ser operado por meio da reconstituição e comparação de histórias sociais e individuais, portanto, da articulação entre a abordagem coletiva e a escala singular.³

Nesse sentido, interessava-nos discutir, a partir dos meus dados de pesquisa, o papel das disposições formadas durante a infância, fundamentalmente no âmbito familiar, ou do *habitus* primário nos processos de engajamento político e o papel da entrada na militância sobre a reconfiguração do *habitus* primário e formação de um *habitus* secundário. Dito de outra forma, como diferentes processos e instâncias socializadoras poderiam impulsionar e explicar tanto a entrada na militância quanto a pluralidade de trajetórias e destinos sociais e políticos dos militantes em questão.⁴

³ BOULLAND, P. “Des hommes quelconques”? *La politique d'encadrement au crible de la sociobiographie (1994-1974)*. **Le sujet communiste** – identités militantes et laboratoires du “moi”. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2014.

⁴ CRUZEL, E. “Passer à l'Attac”: éléments pour l'analyse d'un engagement altermondialiste, **Politix**, 68, 2004, p. 135-163; YON, K. *Modes de sociabilité et entretien de l'habitus militant. Militer en bandes à l'AJSOCI*, **Politix** 2005/2 (n° 70), p. 137-167; MUXEL, A. *Le changement politique au fil du parcours de vie*. **Temps et politique** – Les recompositions de l'identité. Paris: Presses Sciences Po: 2016; BOURDIEU, P. & Wacquant, L. *Réponse*. Paris: Seuil, 1992: p. 97 BOURDIEU, P. *O senso prático*. RJ: Vozes, 2009: 92-93.

Para tanto, realizamos um detalhamento da análise das informações que constam no banco de dados à luz de uma análise mais refinada do conjunto das entrevistas, cujos resultados centrais apresentamos abaixo.

O SMABC, entre 1972 e 2002, esteve sob a direção de 102 sindicalistas, eleitos por chapas a cada 2 ou 3 anos dependendo do período, desse universo 24 sindicalistas já haviam falecido, 30 não foram encontrados, na maior parte das vezes por terem se mudando da região do ABC Paulista, 48 tiveram suas informações biográficas incluídas na base de dados seja por meio da coleta de dados realizada com o questionário prosopográfico aplicado pela pesquisadora ou pela bolsista de Treinamento Técnico, finalmente, 30 desses sindicalistas foram entrevistados em profundidade, em entrevistas de caráter biográfico que abordavam os seguintes eixos: origem familiar; educação recebida (família, escola, igreja, religião); experiência escolar; formação profissional; entrada no mercado de trabalho rural e industrial; migração, profissionalização como operário; entrada na militância política; carreira como militante; casamento, filhos (posição social, escolaridade e posicionamento político); relação do núcleo familiar com a trajetória de militância do entrevistado.⁵

⁵ Além dos sindicalistas, foram entrevistados também filhos e esposas, mais precisamente, 3 núcleos familiares, um de cada década pesquisada.

Diretores do SMABC entre 1972 e 2002

	1970	1980	1990	Total
Diretores do SMABC	36	45	21	102
Falecidos	17	07	-	24
Não-encontrados	09	12	09	30
Diretores que compõem o banco de dados (questionário prosopográfico)	10	26	12	48
Entrevistados (escolhidos entre aqueles que responderam o questionário)	07	12	11	30

O banco de dados, sistematizado a partir dos questionários, revela que o grupo em questão possui pouca diferenciação interna no que tange à sua origem social e posse de capitais escolares. Trata-se de um grupo que, em sua maioria absoluta, tem origem rural, migrou para São Paulo ou para a região do ABC com baixa escolaridade (em geral sem concluírem o antigo primário, embora fossem todos alfabetizados), seus pais, católicos, eram analfabetos ou estudaram no máximo até a antiga quarta série da escola primária. Além disso, esse grupo migrou sem nenhum tipo de qualificação para o trabalho industrial, o que maioria adquiriu por meio dos chamados “cursos modulares” do SENAI (cursos de dois a seis meses, que poderiam chegar até um ano e meio, no caso da ferramentaria ou inspetoria de qualidade, por exemplo). Os casos que destoam desse perfil estão todos reunidos nos anos 1990, na qual encontramos uma concentração de diretores que já se empregaram nas fábricas com um nível um pouco mais elevado de escolaridade e qualificação profissional porque migraram muito cedo e puderam se beneficiar do acesso à escola pública e/ou à rede de escolas profissionais da própria região do ABC. No sentido contrário, há uma preponderância de infâncias absolutamente miseráveis entre os diretores dos anos 1970, que chegaram a viver, por

exemplo, a experiência da fome prolongada, no período anterior à migração do campo para a cidade, em famílias com mais de uma dezena de filhos.

O grupo é constituído de trabalhadores que nasceram entre 1937 e 1964, e apesar da diferença de faixa etária tratam-se migrantes em sua maioria, embora não necessariamente de fora do estado de São Paulo. Diferentemente do “retrato” dos trabalhadores da categoria metalúrgica do ABC, nos anos 1970, por exemplo, 50% das lideranças do SMABC eram paulistas, 20% de Minas Gerais e somente 30% de diferentes estados do Nordeste. Curiosamente, visto que poderia haver uma maior probabilidade de encontrar não-migrantes entre os sindicalistas mais jovens, essa proporção vai se invertendo ao longo das três décadas, de modo que, nos anos 1990, há 49,9% de nordestinos entre os diretores do SMABC e 34% de paulistas. O significativo número de paulistas entre os diretores nos anos 1970 evidencia que o capital escolar, nesse caso materializado pelo acesso aos primeiros anos da escolarização formal ou na formação técnico-profissional, contribuía significativamente para o desenvolvimento das carreiras militantes, sobretudo em função da ocupação de postos de trabalho mais estáveis, como na ferramentaria. Mas também por conta de determinadas competências adquiridas no meio escolar, tais como capacidade de leitura e escrita, aritmética e articulação de discurso.

Os sindicalistas em questão são, majoritariamente, filhos de trabalhadores rurais (34%), pequenos proprietários rurais (14,6%) e operários (20,9%), sendo que ao longo das três décadas há pouca variação nesse quadro geral, com destaque, somente para a década de 1990, na qual é possível observar um aumento de pais comerciantes (25%) e a queda do percentual de pais proprietários rurais (8,3%). Ainda sobre os pais, no que tange à escolaridade, é possível perceber uma diminuição considerável do número de analfabetos que eram 30% nos anos 1970, caem para 12% em 1980 e sobem

para 16% nos anos 1990, com progressivo aumento da taxa de escolaridade nos “níveis” do “primário” completo ou incompleto.

As mães dos sindicalistas, por sua vez, possuem a escolaridade mais baixa, embora os dados também apontem uma tendência de aumento dos anos de escolarização ao longo das três décadas com destaque para a queda na taxa de mães analfabetas, que totalizavam 40% nos 1970, caindo para 19% nos anos 1980 e aumentando para 25% nos anos 1990. No que tange à atuação profissional, embora a maioria trabalhe em casa (42%), há um número expressivo de trabalhadoras rurais (25%), empregadas domésticas (12,5%), sem que haja transformações significativas ao longo das três décadas, com exceção da queda do percentual de “donas de casa”, respectivamente, nas três décadas, 40%, 46% e 33%, queda essa acompanhada de um movimento de diversificação das ocupações das mães: funcionárias públicas, operárias, trabalhadoras do setor de serviços.

Os sindicalistas cujos dados foram inseridos no banco realizaram processos migratórios apoiados, em geral, em redes familiares (73%), e, apesar da baixa escolaridade inicial, metade deles cursou SENAI depois de migrar, em diferentes tipos de formação, com preponderância dos cursos de ferramentaria e tornearia mecânica. Quanto ao local de trabalho e funções exercidas, 4 empresas se destacam como empregadores dos diretores do SMABC: Ford (20,8%); Mercedes-Benz (18,8%); Volkswagen (12,5%) e Brastemp (10,4%), nas quais os sindicalistas se distribuem em uma grande diversidade de funções, com destaque para a ferramentaria e inspetoria de qualidade. É importante destacar, em diálogo com a análise das trajetórias individuais, que a concentração de sindicalistas nas fábricas citadas não indica que havia menor grau de mobilização em outras fábricas, sobretudo nas empresas de pequeno porte. As pequenas fábricas contavam com muitas lideranças e militantes de destaque para os

quais nem sempre havia espaço formal na chapa para direção do sindicato, cuja lógica de composição privilegiava a presença de militantes das grandes empresas. Para se ter uma ideia do tipo de diferença a que estamos nos referindo seria bom citar o caso de Diadema: em 1978, a Volkswagen de São Bernardo do Campo empregava em torno de 40 mil trabalhadores, em Diadema havia, nesse mesmo período, aproximadamente 40 mil metalúrgicos distribuídos em mais de 200 fábricas. No entanto havia uma enorme mobilização nessa cidade, também uma das mais pobres do ABC Paulista, que elegeu o primeiro prefeito do PT no Brasil, Gilson Menezes, trabalhador da Scania, e até hoje se destaca por sua tradição operária de mobilização e participação política.

Os dados mostram que os sindicalistas fizeram um investimento escolar ao longo de suas carreiras, o que pode ser percebido pelo nível de escolaridade que possuíam em “idade regular”, quando por diferentes motivos tiveram que interromper suas trajetórias escolares, e sua escolaridade atual:

Total	Escolaridade no momento de interrupção dos estudos (%)	Escolaridade atual (%)
Primário Incompleto	14,6	6,3
Primário Completo	27,1	14,6
Ensino Fundamental Incompleto	18,8	12,5
Ensino Fundamental Completo	20,8	25
Ensino Médio Incompleto	2,1	4,2
Ensino Médio Completo	6,3	4,2
Ensino Superior Incompleto	2,1	8,3
Ensino Superior Completo	4,2	18,8
Não respondeu	4	6,1

Ainda no que tange à escolaridade dos diretores do SMABC, é possível perceber uma tendência ao alongamento dos estudos entre as três décadas, tanto no “período regular” quanto na retomada dos estudos, após a fase adulta. A cada década aumenta o investimento dos depoentes em seus estudos. Acreditamos que essa tendência guarda relação tanto com a expansão das oportunidades de acesso à escola e melhoria das condições de vida e salários entre os metalúrgicos, quanto com especificidades do próprio movimento sindical do ABC, que alterando suas práticas passou a necessitar de sindicalistas cada vez mais escolarizados que pudessem contribuir ativamente nas negociações com as empresas, por exemplo. Seguindo a mesma tendência, os filhos dos sindicalistas alongaram muito mais sua escolaridade em comparação com seus pais, e de maneira ainda mais significativa em relação aos seus avós, quase todos analfabetos ou capazes somente de ler e escrever o próprio nome. Entre os filhos maiores de idade dos sindicalistas que compõem o banco de dados, 55,2% possui ensino superior completo e 21,6% o ensino médio completo.

No que tange à motivação para a entrada na militância, os depoentes apontaram uma multiplicidade de motivações que agrupamos nos seguintes eixos em ordem de importância: (i) presenciaram a mobilização de trabalhadores ou estudantes, sobretudo em greves e manifestações de rua, e se sentiram, em suas palavras “emocionados”, “tocados”, “atraídos” por aquela forma de expressão; (ii) foram convidados a participar do sindicato ou de outra forma de organização/mobilização por amigos ou familiares; (iii) se aproximaram do sindicato em função da vivência de injustiças e de um ambiente muito repressivo e autoritário no interior dos locais de trabalho; (iv) começaram a militância via Igreja Católica; (v) se aproximaram do sindicato, inicialmente, para resolver questões de ordem trabalhista ou para se beneficiar

do que o sindicato poderia oferecer, como cursos profissionalizantes, o curso de supletivo (madureza) e suas alternativas de lazer.

A maioria dos sindicalistas em questão começou a militar entre 20 e 30 anos de idade (68,7%), sendo que 87,5% começaram a militar diretamente no sindicato, sem nenhuma experiência de engajamento político anterior à aproximação do SMABC. As transformações das práticas sindicais no ABC, que vão do confronto, característica do “novo sindicalismo”, às mesas de negociação, tem efeitos sobre o tipo de tarefa preferida pelos sindicalistas, exemplo disso é o fato de que “agitação em porta de fábricas”, que constituída a tarefa predileta de 60% dos sindicalistas dos anos 1970, cai para 25% entre os sindicalistas dos anos 1990.

A dimensão familiar dos sindicalistas se destacou como algo importante e controverso em seus depoimentos, digamos que o orgulho presente nos relatos a respeito do movimento operário, especialmente do rico período vivido no ABC Paulista entre os anos 1970 e 1980, contrasta com um forte sentimento de culpa pelo escasso tempo dedicado aos filhos e às esposas. O banco de dados aponta que os sindicalistas contavam com reduzido apoio de suas esposas, e digo esposas porque somente uma mulher fazia parte dessa amostra e era casada com um também diretor do SMABC.

Posição dos cônjuges em relação à militância	Total	1970	1980	1990
Apoiava	18,9	18,2	23,3	8,3
Não apoiava	67,9	54,5	63,3	91,7
Não respondeu	13,2	23,3	13,3	0

Como pode ser observado, houve um enorme aumento na postura de “não apoio” por parte dos cônjuges à militância de seus maridos, o que pode parecer estranho diante do fato que militar nos 1970 e 1980 constituía uma ação muito mais ariscada, tanto do ponto de vista político, em função do regime militar; quanto do ponto de vista profissional, dado que muitas lideranças foram perseguidas pelas empresas, encontrando muitas dificuldades para se reinserir no mercado de trabalho após períodos de greve. A análise detalhada das entrevistas em diálogo com a bibliografia já produzida sobre o movimento operário do ABC Paulista nos permite trabalhar com a hipótese de que o maior apoio das esposas dos sindicalistas nos 1970 se sustentava, de um lado, nas péssimas condições salariais, de trabalho, vida e moradia que afetava violentamente a vida das famílias operárias, e de outro, o trabalho realizado pela Igreja Católica nos bairros da região, que exercia forte influência junto às mulheres e defendia a necessidade da luta por condições dignas de vida e trabalho. Num outro sentido, os anos 1990 foram marcados por um aumento drástico do desemprego no ABC, esse fato não seria suficiente para aumentar o apoio das esposas e filhos à militância sindical? A Igreja Católica e os princípios da Teologia da Libertação já não teriam o mesmo grau de influência sobre as famílias operárias? As respostas a essas questões exigiriam uma pesquisa mais detalhada junto às famílias dos sindicalistas, dimensão completamente ignorada nos estudos sobre militância sindical. Embora tenhamos realizado algumas entrevistas, que não estavam previstas, mas se fizeram necessárias diante dos depoimentos dos próprios sindicalistas, constituíram uma “amostra” muito pequena que impossibilita a construção de respostas mais robustas para as questões lançadas acima.

No que tange à posição política dos filhos, é possível observar que entre os filhos maiores de idade 27,6% não têm interesse em política, 24,1% têm pouco interesse, 25% têm interesse, 8,6% são engajados, o que demonstra uma precária

capacidade dos militantes sindicais em socializarem seus filhos na política, por outro lado, pode reforçar a tese de que as mães continuam a ter um papel preponderante na educação dos filhos.

Apresentada a síntese e os avanços no tratamento dos dados prosopográficos, à luz da análise biográfica das entrevistas, passamos à apresentação do material que está sendo organizado em 3 artigos que tematizarão: (i) a formação de diferentes “gerações políticas” no interior do SMABC; (ii) envelhecimento e reconfiguração da militância política; (iii) *habitus* operário e *habitus* político: análise das “trajetórias ilegítimas” ou “deslegitimadas”. Para fins desse relatório, selecionei a discussão sobre as transformações ocorridas na concepção do trabalho sindical no âmbito do SMABC ao longo dos anos 1970, por meio da análise de duas biografias exemplares.

Da prosopografia à biografia: gerações, educação e política

Essa pesquisa tratou dos processos que conduziram um determinado grupo de operários à direção de uma importante entidade sindical, no entanto, dada a especificidade da trajetória desse sindicato e do período histórico tratado, foi impossível realizar tal tarefa sem se remeter à relação desse grupo com o Partido dos Trabalhadores (PT) e com a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Nesse sentido, essa pesquisa, embora não tenha surgido com esse objetivo, acabou estabelecendo um diálogo com uma série de pesquisas que têm buscado, desde o primeiro mandato de Lula na Presidência da República, realizar uma espécie de “balanço” de diferentes aspectos do

que, *grosso modo*, poderia ser identificado como o “*projeto político petista*”.⁶E, evidentemente, é quase impossível que o SMABC e suas lideranças não sejam identificados com esse projeto e, ao mesmo tempo, que os depoentes da pesquisa não se identifiquem com esse projeto (embora os dados coletados permitam vislumbrar que essa afirmação guarde algo de demasiado simplista). Assim, na medida em que a investigação se desenrolou e a análise foi tomando corpo ficou evidente que, assim como muitos autores se debruçavam sobre a análise dos destinos do “*projeto petista*”, meus depoentes também perpetravam ao longo de suas entrevistas, de maneira mais ou menos aprofundada dependendo da posição que ocupam atualmente no campo político, uma avaliação desse “projeto”, do qual sentiam-se fundadores, participantes ou herdeiros. Em alguns casos, tal análise retrospectiva sobre suas trajetórias pessoais no interior desse plano sindical e partidário era visivelmente dolorosa e angustiante.⁷

E, assim como algumas análises vêm apontando no que tange ao projeto político do PT, o processo de constituição e estabelecimento desse grupo de dirigentes do SMABC entre as décadas de 1970 e 2000 (ou seja, dos “formadores” do “novo sindicalismo” aos defensores do “sindicato cidadão”), bem como do modo como esse grupo foi se dividindo em diferentes modalidades de carreira, só pode ser compreendido

⁶ Singer, A. **Os sentidos do Lulismo – reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012; Braga, R. **A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012; Oliveira, F. de. **Crítica à razão dualista/ O ornitorrinco**. São Paulo: Editorial Boitempo, 2003; Angelo, V. A. de; Villa, M. A.. (Org.). **O Partido dos Trabalhadores e a política brasileira (1980-2006): uma história revisitada**. São Carlos (SP): EdUFSCar, 2009, v. , p. 13-34.

⁷Essa avaliação, embora fosse de alguma forma estimulada pelo próprio roteiro da entrevista por seu caráter biográfico, era, sem dúvida, mais uma consequência da conjuntura política, visto que o roteiro não chegava a solicitar que os depoentes realizassem tal reflexão. Depois de mais de 12 anos realizando pesquisas no ABC Paulista, diretamente em contato com os sindicalistas da região, seria muita ingenuidade da minha parte incluir tal questão no roteiro de entrevistas: existem alguns assuntos sobre os quais não se fala abertamente no SMABC, uma delas diz respeito à avaliação do governo Lula, apenas com os muito próximos a mim consigo ter conversas mais abertas nas quais transparecem críticas e questionamentos mais explícitos, embora sempre seguidos de justificava que “apesar de tudo, o Brasil melhorou!”. Eu não sabia o que esperar dos sindicalistas mais velhos, sobretudo daqueles que já estão afastados do campo sindical há muito tempo, então, tive muito cuidado ao me referir ao PT e, dependendo de como a entrevista ia se encaminhando, pude explorar mais ou menos sua relação com o partido, com a CUT e perguntar sobre sua análise das transformações recentes nos modos de se fazer sindicalismo no SMABC.

como um processo não linear e contraditório, que encontrou seu êxito⁸ sob o signo da adaptação e do reformismo, no qual foi possível identificar para grande parte dos entrevistados um movimento que foi da esperança de transformações mais profundas na sociedade à decepção, da euforia à desilusão, da invenção de novas práticas políticas e sindicais tidas como radicais e de confrontação à adequação à ordem capitalista.

Esse movimento teve significado e consequências diversas para os sindicalistas, dependendo da posição que passaram a ocupar no campo político ou fora dele. Para alguns entrevistados a militância e a não realização do projeto político “imaginado” trouxe severas consequências para suas trajetórias pessoais e familiares. Nesse sentido, vale destacar que a percepção sobre o campo sindical em si e sobre o lugar ocupado em seu interior evidentemente guardava relação com o fato de o entrevistado estar localizado em três grandes grupos que identificamos, em relação à formação do “novo sindicalismo”⁹(que, nos discursos dificilmente se descola da formação do PT e da CUT) como: precursores, fundadores ou herdeiros o que, praticamente, coincida com a distribuição pelas três décadas analisadas.

O desafio mais pungente dessa pesquisa foi, de fato, desde sua concepção, fazer emergir no diálogo entre os dados biográficos e os prosopográficos, qual era a

⁸ Êxito aqui entendido como a consolidação de um sindicato com alto nível de sindicalização – que gira em torno de 80% da categoria-, com importante contato com sua base porque pauta seu trabalho na organização nos locais de trabalho, e parece representativo dos interesses dos trabalhadores, pelo menos no que tange às pautas mais imediatas, como salários, participação nos lucros da empresa, etc.

⁹Esse novo padrão de ação sindical designou-se e foi designado pelos estudiosos como “novo”, em contraponto às práticas anteriores, sobretudo dos militantes do PCB, tidas como “reformistas” ou “pelegas”, que por meio de práticas de “colaboração de classe” teriam colocado obstáculos ao desenvolvimento do movimento sindical brasileiro. Apesar de alguns autores apontarem os limites da ação do chamado “novo sindicalismo” desde sua formação, há certa concordância de que esse novo padrão de prática sindical em muito contribuiu para a renovação do movimento operário brasileiro, transformando ou criando novas práticas mais eficazes e em consonância com os interesses de seus representados. O *novo sindicalismo*, ou *sindicalismo autêntico*, teve como principais pilares de ação a crítica radical aos mecanismos de atrelamento do sindicato ao Estado; a defesa do direito de greve e da negociação direta entre patrões e empregados, sem ingerência do Estado; a luta pela liberdade e autonomia sindical; e a organização dos trabalhadores nos locais de trabalho. Cf. BOITO Jr., Armando (org.) **O Sindicalismo Brasileiro nos anos 80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992; SANTANA, M. A. “*Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro*”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol 14, n 41, São Paulo, 1999.

posição ocupada pelos depoentes nesse subcampo político e como tal posição foi “evoluindo”, ou melhor, se deslocando, bem como qual era a composição desse subcampo político no qual os sujeitos da pesquisa estavam circulando, e quais eram os “capitais” (de ordem política, simbólica, cultural e/ou escolar) que lhes permitiram seguir determinadas trajetórias, em um campo político que passou por transformações aceleradas nesses trinta anos.

E nesse sentido, o interesse sobre o “aprendizado do político” entre os sindicalistas do ABC ganha outra tonalidade em função da recomposição do campo de poder do Estado, ocorrida a partir do início dos anos 1980, com a entrada de atores políticos oriundos das classes populares, em geral com tradição de militância em movimentos de esquerda, que passaram a constituir uma “nova elite política”. Dentre os múltiplos aspectos desse fenômeno, uma das questões que julgamos ser digna de observação e análise é o fato de que os novos grupos que começaram a se inserir no campo político brasileiro vivenciaram processos de aprendizado do trabalho político que rompem com o padrão comumente observado na formação das chamadas elites políticas tradicionais¹⁰ e também com o padrão de formação dos militantes de esquerda, cuja formação ocorria em instituições com maior nível organização e tradição política, como o PCB.¹¹ Partimos assim da hipótese de que, enquanto as elites tradicionais, por exemplo, foram socializadas na política por meio de um “aprendizado do político” diretamente ligado a família, instância central de formação de disposições para a política para esse grupo, as ditas “novas elites” políticas brasileiras foram socializadas diretamente no campo político por meio das práticas de militância e, nesse sentido,

¹⁰ CANEDO, Letícia. *La production généalogique et les modes de transmission d'un capital politique familial dans le Minas erais brésilien*, **Genèses**, 31, juin 1998, p. 4-28 ; ____ *Estratégias familiares na construção social de uma qualificação política*. **Educação e Sociedade**, ano XII, agosto 1991, ____ *Heritage en politique, ou comment acquerir les dispositions et ompetences necessaires aux fonctios de representations politique (1948-1964)*. **CahiersduBrésilContemporain**, n 47/48, 2002.

¹¹ SANTANA, Marco Aurélio, **Homens Partidos – comunistas e sindicatos no Brasil**. UFRJ/Boitempo Editora, 2001.

espaços associativos como os sindicatos constituíram espaços de socialização fundamentais para sua inserção no campo político partidário. Assim, enquanto as novas gerações das elites políticas tradicionais eram e são preparadas, literalmente, desde o berço para assumir postos políticos por meio de um lento e minucioso processo de aprendizado das práticas políticas – que englobam o modo de falar, de se vestir, de se comportar em relação aos mais pobres, às pessoas da mesma origem social, aos aliados, aos adversários até as práticas do trabalho parlamentar, as minúcias do legislativo e as duras exigências do executivo – os postulantes a cargos eletivos de origem popular, em especial os operários que serão os primeiros a se organizarem para a conquista desses espaços por meio de partidos próprios, uma vez eleitos sofreram toda sorte de campanha difamatória que buscava desqualificá-los como “homens públicos”.¹² Segundo Offerlé, que estuda a entrada dos operários na política no início do século XX na França, o processo eletivo pode dar o direito à palavra, mas não afasta totalmente os estigmas contra os operários eleitos, há “marcas irreversíveis” na origem social que o sufrágio universal não é capaz de apagar do jogo político.¹³

Nas três décadas do SMABC estudadas, podemos identificar igualmente três unidades de geração¹⁴ (que chamarei genericamente de “gerações”), visto que os militantes entrevistados, apesar da origem social bastante próxima, se socializaram na política em períodos diversos, o que redundou na formação de práticas e concepções políticas significativamente diferentes entre si, sempre em consonância com as

¹² Para a análise de uma experiência brasileira cf: KAREPOVS, Dainis. **A esquerda e o parlamento no Brasil: o Bloco Operário e Camponês (1924-1930)**. Tese de doutoramento, 2001.

¹³ OFFERLÉ, Michel. *Illégitimité et légitimation du personnel politique ouvrier en France avant 1914*, **Annales. Économies, Sociétés, Civilisations**. 39e année, N. 4, 1984. pp. 681-716.

¹⁴ A unidade de geração, por sua vez, é um laço bem mais concreto que aquele que funda o conjunto geracional. Poderíamos dizer que as unidades de geração surgem no interior das chamadas “comunidades de destino”. Elas não se caracterizam somente pela participação fluida de indivíduos diferentes em um conjunto de acontecimentos vividos em comum. Um grupo se constitui como uma unidade de geração quando é capaz de construir uma reação unitária, uma ressonância comum, organizada de maneira análoga por indivíduos que estão precisamente ligados entre si. Isso não quer dizer que se trate de um grupo homogêneo ou sempre concordante em suas ações ou ideias. MANNHEIM, K. **Le problème des générations**. Paris: Nathan, 1990 [1928].

transformações e exigências do campo sindical e também com o modo como estava organizado o mercado de trabalho industrial na região do ABC. Sumariamente, poderíamos dizer que entre 1970 e o início do novo século é possível, por meio do conjunto de depoimentos coletados, perceber três grandes inflexões na atuação política do SMABC, que correspondem a cada uma das décadas estudadas e a um grupo específico de militantes¹⁵:

- **Anos 1970.** Mudança intensa da perspectiva do trabalho sindical no SMABC, que, em um primeiro momento, já revelava certo nível de combatividade e estreitamento da relação com a base representada, mas ainda com pouca clareza do antagonismo de classe que opõe trabalhadores e capitalistas, até um segundo momento marcado pela tomada de consciência do protagonismo que a classe trabalhadora pode exercer na transformação da sociedade, o que redundou na formação de um novo “modelo” de ação sindical;

- **Anos 1980.** Consolidação das práticas do chamado “novo sindicalismo”¹⁶, intenso trabalho voltado à formação do PT e da CUT e à expansão/ampliação do projeto

¹⁵ A definição de pertencimento a uma dada unidade geracional é bastante complexa, visto que não pode se pautar somente na faixa etária dos sujeitos e, nesse caso, no período em que um dado sindicalista assumiu a direção do SMABC. Tal definição deve se assentar, sobretudo, nas experiências compartilhadas com o grupo geracional em questão e na identificação do *habitus* desenvolvido pelos sujeitos, em função dessas experiências. Assim, nem todos os diretores da década de 1970, por exemplo, podem ser considerados dessa geração, porque por conta de suas experiências, modos de perceber e se perceber no mundo e na político esses podem estar mais fortemente associados à geração da década seguinte ou anterior. Apesar desse cuidado metodológico, que cria sempre uma zona de interseção entre as décadas estudadas, é possível identificar um núcleo duro de entrevistados que representam a unidade de geração de cada uma das três décadas já citadas. (Attias-Donfut, Claudine. *La notion de génération – Usages sociaux et concept sociologique*. [L’Homme et la société](#), Année 1988, número 90 ; Attias – Donfut, Claudine & Lapiere, Nicole. *La dynamique des générations*. **Communications**, 1994, número 59.)

¹⁶ O novo sindicalismo se proclamava “novo” em relação às práticas sindicais anteriores dominantes no cenário político nacional, em geral, pautadas na tradição política do Partido Comunista Brasileiro, tidas pelos “novos sindicalistas” como práticas “pelegas”, que não respondiam às expectativas da base operária. Apesar de alguns autores apontarem os limites da ação do chamado novo sindicalismo, há uma concordância de que esse padrão de prática sindical em muito contribuiu para a renovação do movimento operário brasileiro, criando práticas mais eficazes, combativas e em consonância com os interesses de seus representados. (SANTANA, M. A. *Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro*. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol 14, n 41, São Paulo, 1999. SANTANA, M. A. **Homens partidos – comunistas e sindicatos no Brasil**. São Paulo:Boitempo

político dessas duas organizações, seja por meio da disputa de cargos eletivos, seja pela organização de chapas que disputaram a direção de outros sindicatos para compor a chamada “base cutista”;

- **Anos 1990.** A crise vivenciada pelo ABC Paulista nos anos 1990, materializada, sobretudo, no fechamento de postos de trabalho alterou profundamente o modo de se fazer sindicalismo naquela região: de acordo com os depoimentos, premido pelas transformações estruturais, o SMABC não pôde vislumbrar outra forma de resistência que não a negociação com as empresas, tendo em vista evitar “um mal maior”, como um processo de desindustrialização ou um número maior de demissões. Esse movimento ampliou e alterou o escopo de atuação do SMABC, exigindo um leque maior de “perfis” e “habilidades” dos sindicalistas, bem como uma crescente exigência de maior escolaridade e domínio de línguas estrangeiras.¹⁷

Editorial, 2001. BOITO Jr., Armando (org.) **O Sindicalismo Brasileiro nos anos 80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992 e RODRIGUES, Iram Jácome. (org.) **O Novo Sindicalismo –vinte anos depois**. Petrópolis: Vozes/EDUC, 1999)

¹⁷ Para uma discussão sobre a passagem de estratégia confrontacionista, característica do início do novo sindicalismo, para a chamada “prática de cooperação conflitiva”, ver: Bresciani, Luís Paulo. **O contrato da mudança. A inovação e os papéis dos trabalhadores na indústria brasileira de caminhões**. Tese de doutorado, IG–Unicamp. Campinas, 2001. Bresciani, Luís Paulo e Quadros, Ruy. “*A inovação e os papéis dos trabalhadores: o caso da Mercedes-Benz*”, in Maria Regina Nabuco, Magda de A. Neves e Antonio M. Carvalho Neto, **Indústria automotiva: a nova geografia do setor produtivo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. Rodrigues, I. J. **Sindicalismo e política: a trajetória da CUT**. São Paulo: Scritta, 1997. Para uma discussão sobre como o capital escolar passa a constituir também um capital político no interior do mundo sindical internacional ver: WAGNER, A. *Syndicalistes européens: les conditions sociales et institutionnelles de l'internationalisation des militants syndicaux*. **Actes de la recherche en sciences sociales**, no. 155, 2004 e **Vers une Europe syndicale**. Une enquête sur la confédération européenne des syndicats. Éditions de croquant/savoir/agir, 2005.